

A questão do nacionalismo na teoria do discurso desde o Brasil

Beatriz Franco do Vale
Universidade Federal de Pelotas

1 Introdução

Com a ascensão política e social de políticos e grupos extremistas de direita desde o início da última década no mundo ocidental, os termos *populismo* e *nacionalismo*, muitas vezes usados em forma combinada ou iguais, reemergiram como atribuições e classificações frequentes desses sujeitos. No contexto brasileiro, o caso do bolsonarismo é tido, consensualmente, como um movimento populista, conquanto sua conceituação como nacionalista, ainda que comum, gera controvérsias. Mendonça (2023), por exemplo, afirma um falso nacionalismo por parte do populista Jair Bolsonaro, visto que este apenas se utiliza estrategicamente de uma retórica nacionalista como dissimulação de seu verdadeiro inimigo.

Tomando o populismo como uma temática relativamente mais privilegiada nos debates contemporâneos, parte-se da premissa que o nacionalismo não tem tido da mesma forma um olhar acurado pelos pesquisadores e pesquisadoras que ora utilizam-se daquele termo em suas análises. Levando isso em conta, junto à proeminência do populismo no cenário atual e sua constante associação, por vezes naturalizada, com o nacionalismo, e tendo como pano de fundo o caso brasileiro do populismo de extrema direita bolsonarista, busca-se aqui analisar a questão do nacionalismo a partir das abordagens discursivas que têm sido dadas a ela. Fundamentado em uma revisão da obra *A razão populista* (*On populist reason*, de 2005) de Ernesto Laclau (2013), o argumento aqui defendido é que, em relação ao estudo do nacionalismo, abordagens discursivas são profícuas à análise de suas múltiplas formas, inclusive como um discurso que mobiliza “a nação” contra um Outro – que não necessariamente é um inimigo *externo* – em uma lógica populista.

Por conseguinte, estabelece-se aqui um diálogo direto com Benjamin De Cleen e Yannis Stavrakakis (2017), principais pesquisadores dessa questão a partir das teorias do discurso (Laclau; Mouffe, 2015) e do populismo (Laclau, 2013), o marco teórico-conceitual aqui aplicado. Para os autores (De Cleen; Stavrakakis, 2017), que buscam oferecer uma distinção conceitual às análises destes fenômenos, há uma confusão na literatura que reside na equalização entre populismo e nacionalismo (sendo usual a redução do primeiro ao segundo). Esta confusão, para eles, se dá pela centralidade do *povo* em ambos, assim como na delimitação espacial do populismo às fronteiras dos Estados-nação.

Diante disso, este artigo subdivide-se da seguinte maneira, a fim de dar conta da problemática colocada. Na seção subsequente a esta introdução, 1) recuperam-se os principais conceitos da teoria do discurso a serem mobilizados aqui e seus pressupostos teóricos; e 2) revisa-se como a questão do nacionalismo é abordada por Laclau (2013) e, de forma complementar, por Mouffe (2018) – nesta primeira etapa, verifica-se um tratamento não sistemático, o que abre espaço a uma compreensão transigente dessa questão. Na seção posterior, revisa-se a literatura sobre o tema e realizam-se

algumas asserções a partir da revisão teórica realizada, sempre em diálogo com o caso do bolsonarismo. Depreende-se disso alguns resquícios estruturalistas ainda presentes na abordagem dada à questão do nacionalismo, principalmente quando relacionado ao populismo. Por fim, realizam-se as considerações finais, que revisam o percurso traçado neste artigo e evidenciam seus principais achados.

2 O populismo de Laclau e o estudo do nacionalismo

Nesta seção, o foco principal é compreender o nacionalismo por meio da obra “A razão populista” (Laclau, 2013), a fim de abrir caminhos à compreensão do nacionalismo também como uma forma de populismo, mas, principalmente como uma construção discursiva sujeita a mudanças ao longo do tempo e em diferentes espaços. Para isso, a partir de uma leitura desconstrutivista do livro, destacaram-se os momentos nos quais Laclau abordou, mesmo que tangencialmente, a questão nacional, subsidiando, então, a discussão desta temática. Esta seção está dividida em dois momentos para facilitar a leitura: no primeiro, conceitua-se e fundamenta-se teoricamente a parte seguinte a partir da teoria do discurso (Laclau; Mouffe, 2015); no segundo, analisa-se o nacionalismo nas referidas teorias (Laclau; 2013; Mouffe, 2018).

2.1 Marco teórico-conceitual

A concepção populista de Laclau é tributária direta das teorizações do autor junto à Mouffe no seminal “Hegemonia e Estratégia Socialista” (2015), publicado pela primeira vez em 1985, de modo que conceitos centrais à teoria do discurso, como discurso, significante vazio e antagonismo, são também fundamentais à teoria do populismo laclauniano.

Há um dualismo fundamental na teoria de Laclau (2013): o social é dividido por uma fronteira antagônica em dois polos que são incompatíveis entre si, irreconciliáveis. Suas respectivas representações – pois toda objetividade é processada simbolicamente – variam de acordo com o contexto no qual essa relação antagônica se dá e da perspectiva na qual observamos essa relação: é sempre um “nós” *versus* “eles”. Mas quem são “o nós”? E quem são “o eles”? Em um uso mais tradicional do populismo, essa dicotomia é comumente traduzida por povo (pobre, “os de baixo”, desabastados) *versus* a elite, principalmente econômica.

Porém, a teoria laclauniana permite uma diversidade de “preenchimentos” dessas categorias ao formular seu conceito em um nível ontológico, formal, conforme Mendonça (2014). Isso significa dizer que não há determinações ônticas, sociológicas, ao povo e à elite. Isto não exclui a possibilidade de sê-lo, mas abre a possibilidade de se pensar, por exemplo, manifestações populistas “atípicas”, como defende-se ser o caso do bolsonarismo no Brasil. Neste caso, análises apontam que o povo no discurso de Jair Bolsonaro, populista extremista de direita, é fundamentado em uma moralidade cristã, e não em uma condição socioeconômica (Mendonça, 2020). Por sua vez, esse povo antagoniza-se a um outro lado imoral, e não diretamente a um bloco no poder.

O discurso, portanto, a partir da teoria de Laclau e Mouffe (2015), não é uma tradução direta de uma realidade objetiva vivenciada pelos sujeitos; os autores entendem como discurso tudo aquilo que

produz significações sobre esta realidade e que são, portanto, meio à sua apreensão. Esta definição abre espaço ao abandono de discussões inférteis sobre aquilo que é certo ou errado, falso ou verdadeiro, visto que a forma em se constrói simbolicamente a realidade depende das perspectivas ideológicas dos sujeitos. Assim, uma mesma questão social terá significados diferentes nos discursos de Bolsonaro e de Lula, por exemplo. Há, portanto, um abandono de uma suposta transcendentalidade e uma rejeição à ideia de totalidade social que poderia ser conceitualmente capturada, basilares à teoria marxista clássica, por exemplo (Laclau; Mouffe, 2015).

Neste sentido, os discursos, sendo produto de articulações entre elementos diferentes – diferenças – no social, exigem um ponto nodal ou denominador comum entre eles que produza apelo popular a essa cadeia de significação. Essa função é assumida pelo significante vazio que, em termos práticos, é um nome (ou mais de um) expressivamente mobilizado nos discursos. No caso do bolsonarismo, “Deus” (e suas variações), “pátria” e “liberdade” podem ser compreendidos como tal. Conforme Laclau (2013), essa nomeação é uma operação que, se bem-sucedida, tem por resultado a consecução de uma identidade social e da unidade do objeto visado. Seu sucesso depende, mesmo que não de maneira suficiente, do desatar do nó entre nome e descrição. Aqui, mais uma vez, fica clara a separação entre o real (descrição) e o simbólico (nome).

Não de modo hierárquico, o antagonismo assume também função essencial ao discurso, dado o entendimento de que, à representação daquilo que se é, é fundamental estabelecer aquilo que *não se é*. Ou seja, o antagonismo funciona também como limite à totalidade pretendida discursivamente (Laclau, 2013): daí a ideia de fronteiras antagônicas. Mais do que uma mera diferença, então, visto que esta, a depender das contingências contextuais, poderia vir a ser articulada em determinada cadeia, ela precisa ser um elemento *excluída*, ser uma diferença tão radical que sua articulação torna-se impraticável. Deste modo, a partir de Mendonça (2009), o antagonismo é condição de impossibilidade e possibilidade de uma identidade no social. Trata-se de impossibilidade pois, para Laclau e Mouffe, a pretensão à universalidade de uma particularidade é sempre inalcançável, mesmo que continuamente perseguida. Assim, a presença de uma diferença que não pode ser incorporada nesta totalidade é a impossibilidade de sua realização ou, em termos lacanianos, uma falta constitutiva. Desta forma, ao mesmo tempo, ela possibilitaria a emergência dessa identidade ao induzir uma articulação *contra* ela. Pensando novamente no exemplo do bolsonarismo, seria impraticável pensar uma aglutinação de demandas como direitos da população LGBTQIAPN+ ou progressismo econômico em seu discurso neoliberal-conservador sem, no mínimo, descaracterizá-lo.

Com esta discussão introdutória dos conceitos de antagonismo, discurso e significante vazio, jogou-se luz a alguns pressupostos utilizados por Laclau (2013) em sua conceituação de populismo e que serão, portanto, fundamentais à nossa análise crítica do nacionalismo a partir desse campo teórico. Há um abandono de qualquer transcendentalidade ou teleologia nas articulações no social. As premissas de relacionalidade dos objetos, bem como suas contingências, ocupam esse espaço deixado em aberto. A totalidade, menos que possível, passa a ser uma pretensão intrínseca – embora impossível –, dados os excessos do social, funcionando então como uma miragem. Há também uma eliminação da essencialidade de características empíricas dos objetos nos conceitos do autor, deslocando-os ao nível ontológico, o que permite diferentes combinações ônticas quando aplicados analiticamente (Mendonça, 2014).

2.2 O nacionalismo a partir do populismo

Parte-se, agora, para a análise de como Laclau (2013), na obra *A razão populista*, aborda o nacionalismo. De modo geral, a impressão que fica é que o autor não é rigoroso no tratamento a essa questão, apesar de recorrentemente lançar mão de exemplos que poderiam ser interpretados como tal, o que pode gerar equívocos. Para nossa argumentação, que defende que o nacionalismo é um fenômeno amorfo que pode ser compreendido a partir de uma abordagem discursiva, inclusive como um tipo de populismo, utilizam-se dois exemplos extraídos da obra em questão.

O primeiro deles, que aparece ao final do livro – e que permite a proximidade com a hipótese – é a atenção dada pelo autor ao conceito de etnopolulismo, baseado nos conflitos étnicos no Leste Europeu que envolvem(ram) construções, desconstruções e reconstruções de Estados nacionais na região durante o século XX. Voltando-se aos populismos baseados em seus territórios, Laclau distingue duas principais possibilidades ao populismo: estatal (como foi o caso do governo Vargas, no Brasil) e étnico. Sobre este último, o autor coloca: “[...] ao passo que aquilo que encontramos no Leste Europeu é um populismo étnico, que tenta realçar o particularismo dos valores nacionais de comunidades específicas” (Laclau, 2013, p. 277), decorrendo daí sentimentos de exclusão com outros povos e minorias étnicas. Ele continua afirmando que nestes casos “há claras tentativas de constituir Estados nacionais, mas essa construção começa, na maioria dos casos, a partir da afirmação de um grupo cultural localmente definido” (Laclau, 2013, p. 277) que tende a excluir os sujeitos não pertencentes a este grupo. Este trecho abre margem a se pensar se o próprio etnopolulismo não poderia ser entendido como um tipo de nacionalismo, dado que o autor trata como “valores nacionais” aqueles de determinada comunidade étnica, bem como aborda a pretensão à constituição de um Estado-nação fundamentado em determinada etnia.

Neste momento, interessa destacar, primeiro, a abertura de múltiplas possibilidades de aplicação do conceito de populismo, como é o caso do etnopolulismo. Isto porque, se o populismo “convencional” se dá internamente em uma comunidade, a relação antagônica do etnopolulismo flexibiliza a própria compreensão daquilo que é interno e externo à comunidade. Por exemplo: uma maioria étnica em conflito com uma minoria de outra etnia, dentro dos limites de determinada comunidade, entende esta última não como um grupo interno a estes limites, mas sim como externo. Há, radicalmente, um questionamento sobre os próprios significantes “interno” e “externo”, o que implica pensar o que Laclau entende por comunidade. Em segundo lugar, pensar a caracterização de um populismo como populismo étnico abre precedentes para supor outras formas populistas, como, por exemplo, um nacional-populismo, como o faz Guy Hermet (1999) – que é citado por Laclau –, mesmo que não previsto expressamente pelo o autor argentino. Isso leva ao nosso segundo exemplo.

Hermet (1999) vai além da simples equivalência entre povo e nação posta nas argumentações sobre a confusão entre populismo e nacionalismo contemporaneamente, baseada nas configurações dos Estados-nações. Em um resgate histórico, o autor coloca as próprias transformações entre os séculos XVIII e XX, forçadas pelo espírito da época de perda de legitimidade da ordem hegemônica – a aristocracia –, como causa da mudança de *aparência* dos Estados previamente existentes, implicando a incorporação nestes o princípio universalizante de soberania popular. Este princípio induziu à criação da cidadania, de direitos às populações sob os territórios em domínio destes Estados, e a

construção de identidades nacionais como instrumentos à legitimação da nova ordem em ascensão, sem, no entanto, realizar alterações substanciais nas bases territoriais e no monopólio coercitivo destes Estados (Hermet, 1999).

Da instrumentalização de uma identidade nacional, originou-se o que o autor chama de nacional-populismo. Ele associa esse populismo como um fenômeno passional, presente principalmente em países menos avançados material e culturalmente, como os da América Latina, “onde os artífices do Estado não dispunham de outro recurso que o de exaltar esse particularismo para levar a cabo sua empreitada de construção política” (Hermet, 1999, p. 48, tradução livre da autora). Fica claro, neste momento, que o populismo do autor se diferencia do conceito pós-estruturalista laclauiano ao essencializar características contextuais, ônticas e, portanto, variáveis à sua conceituação.

Laclau (2013) apropria-se do trabalho de Hermet, especificamente da obra “*Les populismes dans le monde*”, ainda na análise do contexto do Leste Europeu de configurações das nações desta região em Estados nacionais. Este processo complexo, a partir do teórico argentino, deu-se num primeiro momento “de cima para baixo”, de uma construção simbólica de uma nação pelas elites locais – e só posteriormente se deu o desenvolvimento dessa em um programa político com apelo popular, tornando-se, ao mesmo tempo, nacionalista e populista.

Apesar desta separação, o que Laclau (2013) parece descrever é próprio da *formação das almas* dos povos sob o domínio territorial de determinado Estado a suas unificações como um só povo nacional, de forma a dar legitimidade a esta instituição frente a ameaças, externas ou internas (como grupos regionalistas, no caso brasileiro até o governo Vargas). Aparecem, então, todos os elementos constitutivos do que o autor entende por populismo, contudo, tratando-se, na verdade, de nacionalismo: o povo (aqui como nação), a fronteira antagônica (no caso, grupos étnicos rivais) e significantes vazios, que são os nomes próprios das nações reivindicadoras de ser naquele contexto.

Um terceiro excerto de *A razão populista* pode ser trazido para se pensar a construção simbólica da nação, aqui incluída a construção de um ser/povo nacional, e sua incorporação ao Estado moderno de forma a dar-lhe uma nova legitimidade: “Existe uma plenitude da comunidade e ela está ausente. Isto é decisivo: a construção do ‘povo’ seria a tentativa de dar um nome a esta plenitude ausente” (Laclau, 2013, p. 140). Assim, o momento de propagação e apropriação do nacionalismo ao/pelo povo, como afirmado acima, e como Laclau (2013) coloca em sua obra, poderia ser entendido como tentativa – em muitos casos, bem-sucedidas, a exemplo dos Estados nacionais existentes e consolidados – de nomeação de uma comunidade (imaginada), que vem a ser a nação, visando sua plenitude. Esta plenitude, no caso do nacionalismo, pode ser compreendida como uma coesão do social sob jugo de determinado Estado-nação e sua sedimentação no espaço-tempo, por exemplo.

Tal sedimentação dos Estados nacionais, não só do ponto de vista empírico de seus territórios e instituições, mas como um espaço ontologicamente privilegiado no imaginário coletivo contemporâneo, é também reproduzida nas teorizações de abordagem discursiva. Mouffe (2018), refletindo sobre o momento pós-político atual, provocado pela globalização neoliberal, e em manifesto a um populismo de esquerda, de resgate do ideário democrático, centraliza os Estados-nações (no continente europeu) como terrenos privilegiados dessa luta. Essa asserção se dá a despeito tanto do contexto

transnacional atual, que se relaciona com a globalização posta pela autora, quanto das políticas mais localizadas e dispersas dentro dos territórios nacionais. Conforme Mouffe:

[...] a luta hegemônica para recuperar a democracia precisa começar ao nível do Estado-nação que, apesar de ter perdido muitas de suas prerrogativas, é ainda um dos espaços cruciais para o exercício da democracia e da soberania popular. [...] Aqui é onde uma vontade coletiva de resistir aos efeitos pós-democráticos da globalização neoliberal deveria ser construída. É só apenas quando essa vontade coletiva tiver sido consolidada que a colaboração com movimentos similares em outros países pode ser produtiva. [...] uma estratégia populista de esquerda não pode ignorar o forte investimento libidinal corrente nas formas nacionais – ou regionais – de identificação e seria muito arriscado abandonar este terreno ao populismo de direita. Isso não significa seguir seu exemplo em promover formas fechadas e defensivas de nacionalismo, mas, em vez disso, oferecer outra saída para esses afetos, mobilizando-os em volta de uma identificação patriótica com os melhores e mais igualitários aspectos da tradição nacional (Mouffe, 2018, s. p., tradução livre da autora).

A partir de Laclau (2013), o capitalismo globalizado tem por efeito causal uma multiplicação dos pontos de heterogeneidade social, o que torna cada vez mais dificultosa uma articulação de demandas em torno de um ponto nodal ou de um nome comum que possibilite a vida em sociedade em meio a seus excessos. Este nome, mais do que uma aparência de uma entidade contingente, é seu próprio fundamento; aquilo que permite sua própria manutenção e reprodução no espaço e no tempo. Pode-se pensar então, a partir de Mouffe (2018) e Laclau (2013), a nação como um nome que se tornou o próprio fundamento dos Estados modernos e é um objeto de gigantesco investimento afetivo e, portanto, estratégico às mobilizações populistas. Assim, poder-se-ia pensar que essa globalização citada pelos autores pode ser vista como uma ameaça à nação, o que provoca uma reação de sujeitos libidinalmente envolvidos nela. Esta reação, que pode escalonar-se violentamente, dada a afetividade envolvida, tem sido captada, historicamente, por grupos à (extrema) direita no campo político. Na Europa, com as recentes ondas populistas extremistas de direita, discursos excludentes voltados contra imigrantes ou minorias étnicas têm galgado cada vez mais poder político, por exemplo.

Em síntese, os dois exemplos trabalhados – o etnopopulismo e o nacional-populismo, a partir de Hermet – demonstram a possibilidade de se compreender um tipo de nacionalismo como uma forma de populismo a partir da flexibilização de seus componentes antagônicos. O antagonismo vai ser, inclusive, privilegiado nas críticas que serão feitas subsequentemente aqui. Ademais, não se pode apreender, a partir da obra laclauiana analisada, que Laclau compreende o nacionalismo como populismo. Porém, sua ambiguidade no tratamento da temática permite tal aproximação por parte de pesquisadoras dentro deste campo teórico. Mouffe (2018), como visto, centraliza ontologicamente o nacionalismo às mobilizações populistas em meio às tendências em curso. Por fim, rejeita-se qualquer possibilidade de uma redução do populismo a um nacionalismo.

3 Uma abordagem discursiva ao nacionalismo

Nesta seção, o foco volta-se ao que tem sido produzido sobre nacionalismo fundamentado na teoria do discurso e na teoria do populismo. Verifica-se principalmente os trabalhos de De Cleen (2017) e De Cleen e Stavrakakis (2017; 2021) sobre a temática, além de incorporar os trabalhos de Mendonça

(2023), visto que este autor é referência em teoria do discurso no Brasil e analisa o caso populista do bolsonarismo, tomando-o como populista, mas o rejeitando como um nacionalismo.

Uma abordagem discursiva ao nosso objeto tem sido dada a fim de sanar algumas confusões que permeiam a discussão que relaciona nacionalismo e populismo no contexto atual de crises das democracias. As combinações na instrumentalização do populismo e nacionalismo são variadas. Alguns tomam populismo como uma forma de nacionalismo; outros tomam etnopolulismo como sinônimo de nacionalismo. Alguns outros incorporam as gradações “inclusivo” e “excludente” para realizar a classificação se determinado político extremista (de direita) é nacionalista – ou, até mesmo, ser “de direita” é, em alguns casos, suficiente para determinado populista ser também considerado nacionalista.

Para De Cleen e Stavrakakis (2017), a confusão entre populismo e nacionalismo – sendo a mais comum, para eles, a redução do primeiro ao segundo – reside em dois pontos: 1) a centralidade do significativo povo em ambos os discursos, provocada pela incorporação do princípio de soberania popular no imaginário moderno; e 2) a delimitação das análises aos territórios dos Estados-nações, numa espécie de nacionalismo metodológico. Para os autores, esta fusão indiscriminada resulta em problemas empíricos, analíticos e normativos.

Então, De Cleen e Stavrakakis (2017), partindo dessa lacuna que identificam sobre essa relação e a partir da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, conceituam populismo e nacionalismo à construção de uma ferramenta analítica aos casos empíricos nos quais há uma coocorrência desses fenômenos. Para tal empreitada, eles partem de uma construção discursiva do nacionalismo, a partir de referências seminais sobre o tema, como Anderson (2006), Gellner (1983), Hobsbawm (1990), e Hobsbawm e Ranger (1983). Estas permitem a compreensão da nação como uma construção social, e não como algo derivado de uma essência nacional original, e do nacionalismo como algo que constrói discursivamente esta nação. O conceito de nacionalismo que eles utilizam é: “um discurso estruturado em torno do ponto nodal ‘nação’, prevista como uma comunidade limitada e soberana que existe através do tempo e está vinculada a certo espaço, e que é construída através de uma oposição dentro/fora entre nação e seus grupos externos” (De Cleen; Stavrakakis, 2017, p. 308, tradução livre da autora).

Esta conceituação fundamentada na teoria do discurso desloca o debate ao nível ontológico, de sentidos, representações e produção de identidades sociais através das quais os sujeitos processam o mundo à sua volta, desprendendo o nacionalismo de qualquer onticidade. Há um foco na lógica de funcionamento dos discursos. Abre-se espaço para também compreender o nacionalismo não como um discurso uno, homogêneo, mas sim pensar nacionalismos, no plural. Portanto, abandona-se uma concepção fechada sobre o verdadeiro e o falso, sobre o certo e o errado.

Porém, De Cleen (2017) estabelece alguns conteúdos que serviriam de âncoras à definição se, em determinado discurso, há de fato um componente nacionalista ou populista, além da possibilidade de coocorrência de ambos. Estas âncoras serviriam à identificação de como o nacionalismo constrói a nação em determinado discurso e ao estabelecimento de condições para tal, mesmo que não suficientes em si mesmas, ou, em outros termos, o que faz com que os diferentes nacionalismos sejam nacionalismos. Estes conteúdos, por sua vez, são abordados pelo autor principalmente sob o prisma do antagonismo: os “de fora”.

Esse Outro, mais do que um sujeito ou objeto onticamente externo à determinada nação, pode ser constituído de diferentes formas, partindo de sua construção simbólica como não membro de determinada nação em determinado discurso. Ou seja, o que se prefere chamar aqui como Estrangeiro é mais uma construção simbólica de uma suposta ausência de condição de membro de uma nação, que pode ser direcionada a sujeitos *internos* ou *externos*, países e até ideologias, do que uma ausência prática ou empírica de nacionalidade. A partir de De Cleen (2017), elites não nacionais ou cosmopolitas, migrantes e descendentes, sociedade multicultural, elites, artistas, intelectuais, jornalistas e acadêmicos taxados de lesa-pátria e/ou traidores e inimigos da nação, líderes de outros países, organizações supranacionais são alguns exemplos que podem ser elevados à condição de Estrangeiro.

Esta condição ambígua pode ser compreendida com base em Anastasiou (2020). O autor também emprega uma lente discursiva para analisar as relações contemporâneas entre nacionalismo e populismo a partir do prisma da espaço-temporalidade e se fundamenta nas discussões levantadas por De Cleen e Stavrakakis (2017). Para Anastasiou, a partir de Laclau e Mouffe, essa ambiguidade é inerente a toda experiência social e se manifesta nas consecutivas tentativas de construir e institucionalizar identidades e discursos. Baseando-se no – e olhando principalmente para – o contexto europeu, o autor afirma que essa associação entre populismo e nacionalismo “deve ser compreendida como sendo inteiramente construída e profundamente imbricada nas estruturas hegemônicas da cultura sócio-política europeia”, isto é, de seus Estados nacionais (Anastasiou, 2020, s.p., tradução livre da autora).

Assim, as nações modernas seriam o terreno primeiro no qual as experiências sociais, sempre ambíguas, pois constituídas de excessos, se dão, incorporando as questões espaço-temporais nelas envolvidas, bem como suas dimensões internas e externas. Pode-se compreender que há uma ambiguidade sempre presente nas fronteiras do social, que são fundamentais à construção de identidades, e que se manifesta, portanto, nos discursos dos sujeitos neste espaço. Assim, o inimigo externo constituído em determinado discurso nacional-populista não necessariamente é dirigido a um estrangeiro em termos formais, normativos, isto é, a um inimigo externo com base nas fronteiras geográficas nacionais, mas a um Outro simbolicamente construído como Estrangeiro.

Retomando então ao “polo positivo” da construção discursiva, conforme De Cleen (2017, p. 8-9, tradução livre da autora), o

[n]acionalismo como discurso não está limitado ao que geralmente são consideradas políticas ‘nacionalistas’. [...] Ele também recobre o nacionalismo (mais implícito ou banal) que subjaz e reproduz Estados-nações existentes e também pode ser encontrado em esferas sociais da cultura ao esporte.

Em relação à primeira parte da transcrição acima, o autor rejeita uma restrição à classificação de determinado sujeito político como nacionalista ou não baseado em sua prática política [politics], como comumente é feito em relação às políticas econômicas e externas/internacionais. Em relação à segunda parte, é interessante pensar que “o” nacionalismo se faz presente na vida contemporânea de diferentes formas, mais ou menos explícitas. O nacionalismo que reproduz os Estados nacionais pode ser pensado em termos de nacionalidade ou na própria formulação e manutenção de normas e leis que visam, *ad hoc*, a manutenção de suas sustentabilidades e hegemonias. Ele também poderia ser

pensado nos aspectos culturais, como esportivos, que alimentam essa subjetivação. O futebol, no caso brasileiro, já foi utilizado durante o período ditatorial com fins de tornar a imagem do governo vigente, principalmente Geisel, mais aprazível à população e, mais recentemente, a camiseta oficial da seleção brasileira de futebol tornou-se símbolo do bolsonarismo (Vale, 2023).

Compreendendo, então, uma presença daquilo que tem como mote a nação, como manifestações nacionalistas ou, de modo mais constante e naturalizado, um “nacionalismo” institucionalizado, atravessada nas atividades e subjetivações dos sujeitos-cidadãos, faz-se necessário pensar como identificar a nação como elemento estruturante de discursos nacionalistas-populistas de modo a diferenciar, quando for o caso, nacionalismos ou populismos “puros”. É o que De Cleen e Stavrakakis (2017) tratam em sua proposta de arquitetura analítica à diferenciação entre nacionalismo e populismo em casos empíricos a suas capturas. É preciso identificar uma função estruturante da nação enquanto significante vazio em determinado discurso populista para que se possa caracterizá-lo como um discurso, ao mesmo tempo, nacionalista e populista.

Esta função estruturante diz respeito à sua determinação na articulação de sentidos em determinada cadeia de equivalências. Compreende-se, assim, que perguntas como “a nação tem papel fundamental na construção de sentidos em determinado discurso?” ou “a ausência deste significante alteraria substancialmente determinada articulação discursiva?” servem de indicadores à investigação do objeto aqui abordado. Em relação ao bolsonarismo, caso que serve como pano de fundo às discussões teórico-conceituais aqui propostas, há dois trabalhos que podem ser trazidos para debate, os quais este movimento como um possível nacional-populismo a partir da abordagem discursiva ao fenômeno proposta por De Cleen e Stavrakakis (2017).

Luz (2022) objetivou identificar, em sua tese de doutorado, os principais sentidos articulados no discurso pré-eleitoral e eleitoral de Jair Bolsonaro entre 2015 e 2018, a partir da teoria do populismo laclauiano, de modo que não era um tópico central a análise de um possível populismo nacionalista de seu objeto. Todavia, a autora empregou a ferramenta de De Cleen e Stavrakakis (2017) à análise de seus dados, visto a presença ostensiva de símbolos nacionais nas mobilizações bolsonaristas. Essa estética verde e amarela, em conjunção com um patriotismo inspirado na história militar brasileira mobilizado por Bolsonaro, tem por efeito um equívoco na compreensão de parte da sociedade e de pesquisadores do bolsonarismo como um movimento nacionalista:

[...] esse apelo é relevante, porque o amor à pátria era e continua sendo um importante significante do discurso da direita brasileira, de modo que desempenha um papel fundamental na articulação discursiva do povo. Todavia, ele não é o significante principal da delimitação da fronteira antagônica que o define, que no bolsonarismo se dá pelo eixo vertical (embaixo/ em cima), e não pela perspectiva dentro/fora. [...] Em uma análise mais detida, o que se observa é que o resgate de significados patrióticos e o papel atribuído aos militares nesse imaginário de nação brasileira empregado pelo bolsonarismo revela mais traços autoritários do discurso do que componentes propriamente nacionalistas (Luz, 2022, p. 185).

O segundo trabalho, mais recente, é de Mendonça (2023). Neste artigo, o autor visa analisar o bolsonarismo nas eleições de 2018 e 2022 à luz das teorias contemporâneas do populismo, principalmente a partir de Laclau (2013), tendo a construção do significante povo como elemento central à análise. Tendo em vista a comum justaposição entre povo e nação na prática política

moderna, o que é, para De Cleen e Stavrakakis (2017), mote à confusão entre populismo e nacionalismo nas análises contemporâneas sobre estes fenômenos, além do uso amplo de significantes e símbolos de caráter nacionalista e patrióticos pelo bolsonarismo, Mendonça (2023) empreende sua análise sobre o povo bolsonarista.

Para o autor, houve uma mudança no nome dado aos sujeitos bolsonaristas entre 2018 e 2022: de cidadão de bem a patriota. Em ambos os momentos, porém, o bolsonarismo mobilizou símbolos e significantes que remetem, de maneira suntuosa, ao Brasil-nação. Porém, de acordo com Mendonça (2023), a nação não possuía uma função estruturante nestes discursos. A rejeição a um possível nacionalismo do bolsonarismo, considerado por ele um populismo de extrema direita, se dá com base na ausência do componente antagônico atribuído ao nacionalismo. Isto é, a ausência de um inimigo externo, estrangeiro, neste discurso, impossibilita a consideração do bolsonarismo como um movimento populista-nacionalista, apesar de sua iconografia e gramática “verde e amarelas”:

É fundamental compreender que o ‘nacionalismo’ bolsonarista não surgiu como uma oposição brasileira a outros países ou nações. Em outras palavras, o “nacionalismo bolsonarista” é um falso nacionalismo; é, de outro modo, uma estratégia política para reforçar um discurso populista. [...] Enquanto em uma experiência nacionalista o povo se constrói de maneira antagônica frente a uma ameaça estrangeira (Anderson, 2006), em um discurso populista o inimigo é interno, isto é, são os próprios cidadãos do país que são significados como o “outro” antagônico (De Cleen e Stavrakakis, 2017). O bolsonarismo é um exemplo de discurso populista de extrema direita, devido à articulação de elementos conservadores e reacionários, mas que ostensivamente utiliza símbolos nacionais e retórica nacionalista somente como estratégias retóricas para combater seu verdadeiro inimigo interno. O ‘outro’ do bolsonarismo não vive ao lado, sendo que compartilha o mesmo território (Mendonça, 2023, p. 321-331, tradução livre da autora).

Assim, tanto em Luz (2022) quanto em Mendonça (2023), identifica-se a rejeição do bolsonarismo como um movimento simultaneamente populista e nacionalista com base na não constatação da presença de um inimigo estrangeiro e, portanto, da ausência de uma estrutura discursiva alicerçada no eixo de dentro/de fora, como proposto por De Cleen e Stavrakakis (2017). Depreende-se disso alguns pontos para reflexão.

Há, a partir desta compreensão, uma marginalização do “polo positivo” da articulação discursiva, como descrito por Laclau e Mouffe (2015). De outro modo, há uma hierarquização, em termos de importância, do componente antagônico de determinado discurso em detrimento das outras partes fundamentais à construção de um discurso, como a articulação de demandas em cadeias de equivalências e a constituição do significante vazio.

Nessa abordagem de Luz (2022) e Mendonça (2023) dada ao objeto aqui discutido, considera-se a mobilização ostensiva de símbolos nacionais e de um vocabulário nacionalista/patriótico como meros adornos ao discurso do bolsonarismo. Contrafratualmente, poder-se-ia perguntar: o discurso do bolsonarismo produziria os mesmos efeitos que exitosamente tem conseguido se não mobilizasse a bandeira e as cores oficiais nacionais¹, além de termos como *patriota*, *amor à pátria*, “*deus, pátria*,

¹ A efusão do simbolismo nacional nas mobilizações do bolsonarismo é inegável, sendo, talvez, o primeiro elemento que salta aos olhos de uma observadora. Compreendendo, a partir de Laclau e Mouffe (2015), como discurso tudo aquilo que produz significação sobre o social, um problema que surge nas análises discursivas é como incorporar dados imagéticos, que compõem determinado discurso – e, no caso do bolsonarismo, de forma extremamente relevante – em seus *corpus*. A

família e liberdade’ e um aparato de justificação baseado na defesa dos interesses e valores nacionais?

Vale (2023) identificou, em sua dissertação de mestrado, a construção de determinados antagonismos do bolsonarismo como inimigos da nação. Neste trabalho, a autora buscou analisar como se deu a apropriação discursiva de símbolos nacionais pelo bolsonarismo nas comemorações dos Setes de setembro, dia da Independência nacional, ao longo dos quatro anos de governo Bolsonaro (2019-2022). Sendo o antagonismo um componente essencial aos discursos, verificou-se que nem todo antagonismo no discurso bolsonarista foi elevado a este *status* de lesa-pátria. No caso analisado, um conjunto de antagonismos – Lula, esquerda, corrupção, comunismo, vermelho – sob o significante comunismo, termo mais mobilizado dentre estes, foi atribuído a pecha de *inimigo da nação*. Conquanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), representado principalmente pela pessoa do Ministro Alexandre de Moraes, foi caracterizado como *inimigo do povo* (Vale, 2023).

Assim, partindo das colocações de De Cleen (2017), na qual sujeitos membros de determinada nação podem ser considerados fonte interna à construção de um inimigo externo, ou, de outra forma, podem ser considerados Estrangeiros, pode-se falar que há um componente antagônico de caráter nacionalista no discurso do bolsonarismo. Isto é, um “inimigo externo” desde dentro das fronteiras nacionais, o que pode estar correlacionado à própria formação do Estado brasileiro e das formações de determinadas nações que foram colônias.

Este ponto introduz um outro, já trabalhado por Vale e Linhares (2023). Buscando verificar até que ponto a ferramenta proposta por De Cleen e Stavrakakis (2017) é válida para a análise do caso do bolsonarismo no que concerne ao discurso de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2022, as autoras acabam por rejeitá-la parcialmente. Isso se dá motivado pela impossibilidade de captar uma dicotomia de dentro/de fora, isto é, o eixo estrutural antagônico proposto pelos autores. Em artigo mais recente, De Cleen e Stavrakakis (2021) flexibilizam esta estrutura proposta a partir de críticas que foram feitas a ela. Porém, ao mesmo tempo a ferramenta traz importantes elucidações sobre “a construção identitária do ‘povo’ à identificação do nacionalismo” (Vale; Linhares, 2023, s.p.) de modo geral, que poderia ser atribuído ao que neste artigo chama-se de “polo positivo” do discurso, o que induz uma aceitação parcial desta arquitetura analítica.

Essa validação parcial de uma ferramenta analítica pensada principalmente a partir do contexto europeu, quando aplicada no contexto brasileiro e, potencialmente, em outros países do Sul global, possibilita pensar até que ponto conceitos e teorias produzidas no Norte podem ser apropriadas sem uma verificação sociocultural local. O próprio populismo bolsonarista, que foi tangenciado aqui, obsta uma simples adesão a estas fundamentações teórico-conceituais. O caso do bolsonarismo é chave para compreender estas limitações. No que é relativo ao componente populista, se se baseasse estritamente na dicotomia povo como *underdog versus* a elite econômica, o bolsonarismo não poderia ser entendido como tal. Em relação ao debate se este movimento se configura como um populismo nacionalista ou não, o caso do bolsonarismo mostra-se profícuo à própria reflexão crítica daquilo que se entende como nacionalismo.

Uma abordagem discursiva dada a este demonstra potencialidade. Avançando brevemente sobre essa questão que se coloca, a partir da teoria do populismo laclauiana (Laclau, 2013), as nações são incorporadas ambigualmente neste conceito, visto que as fronteiras nacionais não aparecem explicitamente, ao tempo que delimitam e, portanto, são constitutivas do que se entende por comunidade. Os diversos exemplos dados por Laclau (2013) ao longo de sua obra são, em sua maioria, delimitados a essas fronteiras, sem, no entanto, elevá-las ao *status* de um objeto digno de ser melhor explorado quando se trata de populismo. Em formato interrogativo, poder-se-ia perguntar: quais os referenciais do que é interno e do que é externo, quando se trata de comunidades que dispõem o campo da discursividade às construções populistas? O que se sustenta aqui é que não existem fronteiras nacionais naturalmente dadas, sendo essas construções também discursivas e, portanto, contingentes. Esta compreensão joga luz ao equívoco de transmutar *a priori* esta realidade ôntica, neste caso, as fronteiras dos Estados-nações, à condição ontológica – a estrutura do político nós *versus* eles – de um nacionalismo.

Além do problema acima colocado, da supressão do papel constitutivo da configuração moderna de nações ao conceito de populismo, há de se pensar também o quão restritivo limitar manifestações populistas a estas fronteiras nacionais pode vir a ser à capacidade de explicar a realidade a partir das teorizações de Laclau e Mouffe (2015). Isto porque há uma tendência incontornável, pelo menos no horizonte de análise atual, a uma transnacionalidade, ou, em outras palavras, à intensificação das conexões e interdependências entre os Estados-nações, o que possibilita vislumbrar uma tendência à transnacionalização de fenômenos políticos e sociais, como o populismo.

Laclau (2013) e Mouffe (2018), como abordado na seção anterior, tratam de uma globalização fundamentada no neoliberalismo como uma ameaça à própria possibilidade de integração contingente do social. Porém, pode-se olhar esta globalização a partir de outra perspectiva. Não se questiona que ela seja uma tendência provocada pelo capitalismo em sua fase neoliberal, nem seus avanços contra formas de coesão social. É importante, porém, que essa tendência a uma transnacionalidade ou a um contexto pós-nacional seja cada vez mais incorporada nas investigações sobre populismo e sobre nacionalismo. Segundo De Cleen e Stavrakakis (2021), alguns esforços têm sido feitos em meio a dificuldades em relação ao que tem sido chamado de populismo transnacional, levando em conta a aclimação do “povo” no imaginário nacionalista na modernidade.

Algumas reflexões podem ser feitas em relação a isso. Argumenta-se que essa ambiguidade constitutiva do social precisa ser mais bem incorporada nas análises e teorizações acerca do populismo e, mais especificamente de nosso interesse aqui, do nacionalismo. Há uma correlação entre neoliberalismo e a emergência de “novas” identidades sociais na superfície do social que não permite o estabelecimento linear do primeiro, a partir de um juízo de valor (pejorativo), como um mecanismo causal de uma desintegração deste mesmo social. Essa valoração pressupõe que sua integração – ou homogeneização – é algo positivo, algo que deve ser buscado como plenitude de uma comunidade. Partindo da premissa que os Estados-nações, ao construir comunidades nacionais constroem uma totalização do social – o Sujeito nacional ou o Povo –, e de uma abordagem discursiva a eles, que pressupõe a contingência dessas estruturas e rejeita a construção de sujeitos universais, por que pensá-los como entidades fundamentais às mobilizações políticas contemporâneas?

Mouffe (2018), na transcrição da seção anterior, aponta duas razões conectadas, mas que se dão em diferentes dimensões. A primeira delas é uma razão prática: o exercício democrático viabilizado através da estrutura do Estado nacional no mundo ocidental e, preferencialmente, europeu. A segunda é ontológica: o apelo simbólico e imaginário do nacionalismo. Não buscando menosprezar o poder que o arcabouço nacional ainda possui nos dias de hoje, pergunta-se, no entanto: não seria um pouco reacionário apegar-se a ele como uma estratégia política em meio a uma tendência contrária a ele? Reclamar, neste contexto, um privilegiamento dos Estados nacionais não seria reincorporar pressupostos abandonados nas correntes pós-estruturalistas de pensamento, como a transcendentalidade e teleologia de determinadas estruturas e sujeitos (Laclau; Mouffe, 2015)?

Isto porque as construções sociais, como são os discursos e instituições, são contingentes e, portanto, estão sujeitas a mudanças. Não existiria, nessa linha de pensamento, uma fonte permanente de poder como é posto por Mouffe, quando advoga por um investimento no nacional. Nesse sentido, uma alternativa aos Estados-nações deveras ainda não parece existir. Porém, é preciso pensar como incorporar essas “novas” identidades do social, que enquanto manifestações democráticas² implodem quaisquer tentativas de um giro à totalização do social, como um resgate das nações modernas que, como Mouffe (2018) colocou, perderam muitas de suas prerrogativas desde suas consolidações.

4 Considerações finais

Este artigo objetivou analisar o nacionalismo por meio de uma abordagem discursiva fundamentada nas teorias do populismo (Laclau, 2013) e do discurso (Laclau; Mouffe, 2015; Mouffe, 2018) e em diálogo com a literatura da temática (Mendonça, 2023; Luz, 2022; De Cleen, 2017; Anastasiou, 2020; Vale, 2023; Vale; Linhares, 2023), principalmente De Cleen e Stavrakakis (2017; 2021), tendo como pano de fundo o caso brasileiro de populismo de extrema direita.

De caráter teórico-reflexivo, perpassou-se pelos principais conceitos e pressupostos da teoria do discurso; aprofundou-se no tratamento à questão nacional na obra *A razão populista* (Laclau, 2013); revisou-se criticamente os trabalhos que têm abordado o nacionalismo em uma perspectiva discursiva e trabalhos empíricos sobre o tema ao debate. A incorporação de pontos-chave do bolsonarismo e reflexões deste diálogo são feitas ao longo de todo o texto.

Nas teorizações laclaunianas, a presença do nacionalismo é vívida ao mesmo tempo em que é subexplorada, o que permite diferentes compreensões sobre este objeto. Esforços a uma sistematização teórica têm sido feitos principalmente por De Cleen (2017) e De Cleen e Stavrakakis (2017; 2021) desde o Norte Global. Suas contribuições têm sido apropriadas e testadas no contexto brasileiro, de modo que ainda não se pode afirmar uma validação total de suas ferramentas propostas à apreensão de casos empíricos de nacional-populismos.

Argumentou-se que há vestígios ônticos no entendimento em torno do nacionalismo mesmo em uma perspectiva discursiva que se dá em nível ontológico. Isso é manifestado principalmente na

² Não (apenas) no sentido de possuírem um discurso que advogue por (mais) democracia, mas no sentido de que suas emergências são possibilitadas tanto pelo introjetar um ideário democrático, de liberdade e igualdade, como pela democratização das instituições estatais. Disso decorre que, de maneira ambivalente, mesmo os discursos antidemocráticos, excludentes e antiliberais são próprios do fazer democrático, o que não impede formular maneiras de mitigação de pensamentos e práticas políticos desta vertente.

supervalorização do antagonismo a um inimigo normativamente estrangeiro, externo ao Estado-nação, em detrimento de uma compreensão de sua construção simbólica como Estrangeiro em determinado discurso. A partir desta última, sujeitos *internos* a uma comunidade nacional poderiam ser construídos discursivamente como inimigos da nação, por exemplo, sendo elevados ao *status* de um Outro *externo* a esta comunidade e, portanto, compor o antagonismo em determinado discurso nacionalista (e populista).

Recuperando, então, os pontos-chave a uma confusão entre nacionalismo e populismo segundo De Cleen e Stavrakakis (2017), aponta-se que o problema da delimitação das análises aos territórios nacionais vai além deste recorte espacial nas análises sobre o populismo. Há um privilegiamento ontológico das nações modernas dada sua naturalização no imaginário coletivo que influencia implicitamente as análises, ignorando, portanto, tendências em curso de uma articulação sistêmica global, não só entre Estados-nações (podendo se falar em transnacionalização), mas também entre sujeitos e outras unidades. Pode-se pensar, por exemplo, nas articulações entre populistas de extrema direita de diferentes países. Este privilegiamento é explicitado por Mouffe (2018), que advoga por uma “apropriação” da nação dado o grande investimento afetivo popular que ela carrega.

Por fim, há ainda um longo caminho a ser trilhado na compreensão e no esclarecimento da questão do nacionalismo e da relação entre populismo e nacionalismo, entre o povo e a nação, o que pode ser percebido pelas perguntas não respondidas ao longo do artigo. Para respondê-las, ou formular melhores perguntas, uma abordagem discursiva se mostra profícua ao rechaçar uma suposta totalização do social e a transcendentalidade de estruturas e sujeitos, permitindo que as “novas” e diferentes identidades sociais, que muitas vezes se opõem à identidade nacional, e as dinâmicas políticas e sociais contemporâneas, em um contexto radicalizado pelo neoliberalismo, possam ser incorporadas nas explicações sobre esses fenômenos.

Referências

ANASTASIOU, Michaelangelo. The spatiotemporality of nationalist populism and the production of political subjectivities. *Subjectivity*, v. 13, n. 3, p. 217-234, 2020.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso, 2006.

DE CLEEN, Benjamin. Populism and nationalism. In: KALTWASSER, Rovira Cristóbal *et al.* (eds.). *Handbook of populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 342-362. Disponível em: <https://cris.vub.be/ws/portalfiles/portal/28996702/De_Cleen_Populism_and_Nationalism_for_Oxford_Handbook_of_Populism_.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

DE CLEEN, Benjamin; STAVRAKAKIS, Yannis. Advances in the study of the connections between populism and nationalism. *Populisme. La Revue*, v.1, n.1, p. 8-16, 2021. Disponível em: https://cris.vub.be/ws/portalfiles/portal/70539502/De_Cleen_Stavrakakis_2021_Revue_Populisme_Advances_in_the_study_of_populism_and_nationalism.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

DE CLEEN, Benjamin; STAVRAKAKIS, Yannis. Distinctions and articulations: a discourse theoretical framework for the study of populism and nationalism. *Javnost - The Public*, v. 24, n. 4, p. 301-319, 2017.

GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Oxford: Blackwell, 1983.

HERMET, Guy. Populismo y nacionalismo. *Araucaria*, v. 1, n. 2, p. 39-57, 1999. Disponível em: <<https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/874/818>>. Acesso em: 15 out. 2024.

HOBSBAWM, Eric. *Nations and nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista*. por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LUZ, Michele D. *O povo no caleidoscópio: o discurso bolsonarista à luz das teorias contemporâneas do populismo*. 2022. 295f. Tese (Doutorado em Ciência Política) -, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/9775/Michele_Luz_Tese.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2024.

MENDONÇA, Daniel de. Por qué el bolsonarismo no sería populista?. In: NAZARENO, Marcelo; MAGRINI, Ana Lucia; REYNARES, Juan Manuel (ed.). *Populismo: miradas críticas desde América Latina sobre el legado teórico de Ernesto Laclau*. *Studia Politicae*, n. 60, 2023, p. 301-335. Disponível em: <<https://revistas.bibdigital.uccor.edu.ar/index.php/SP/article/view/5560?articlesBySimilarityPage=2>>. Acesso em: 15 out. 2024.

MENDONÇA, Daniel de. A ameaça da Egopolítica 12. *Encontro ABCP*, 2020.

MENDONÇA, Daniel de. Populismo como vontade de democracia. *Colombia Internacional*, n. 82, p. 51-70, 2014.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar "o político" a partir da teoria do discurso. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 1, n. 1, p. 153-159, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1533/1354>>. Acesso em: 15 out. 2024.

MOUFFE, Chantal. *For a left populism*. Londres: Verso Books, 2018.

VALE, Beatriz Franco Pereira do. A apropriação de símbolos nacionais pelo bolsonarismo: uma análise de discurso sobre os 7s de Setembro no Governo Bolsonaro. 2023. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) -Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/11089/Beatriz_Franco_Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2024.

VALE, Beatriz Franco do; LINHARES, Bianca. Populista e/ou Nacionalista? O discurso de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022. 47º Encontro Anual ANPOCS, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/acervo/detalhe/6141?guid=1729009805890&returnUrl=%>

2fterminal%2f9666%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1729009805890%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d6141%236141&i=1>. Acesso em: 15 out. 2024.

Artigo recebido em: Setembro de 2024.

Aprovado em: Dezembro de 2024.

Beatriz Franco do Vale (beatrizzzdovale@gmail.com) é doutoranda e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas, e bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São João del Rei.

A questão do nacionalismo na teoria do discurso desde o Brasil

Resumo. Com a ascensão política e social de políticos e grupos extremistas de direita desde o início da última década no mundo ocidental, os termos populismo e nacionalismo reemergiram como atribuições e classificações frequentes desses sujeitos. Enquanto o primeiro tem tido maior proeminência nos debates no campo, observa-se que o segundo não tem tido da mesma forma um olhar acurado pelos pesquisadores e pesquisadoras. Tendo isso em vista, este trabalho tem por objetivo analisar a questão do nacionalismo a partir das abordagens discursivas que têm sido dadas a ela. As discussões teóricas que aqui se dão estão fundamentadas tanto na teoria do discurso, de Laclau e Mouffe, como na teoria do populismo, de Laclau, em diálogo direto com De Cleen e Stavrakakis. De maneira complementar, utiliza-se o caso do bolsonarismo no Brasil como pano de fundo às análises. Dentre os resultados, aponta-se resquícios estruturalistas na abordagem discursiva dada ao nacionalismo, o que limita a compreensão desta questão no tempo presente frente a algumas tendências em curso.

Palavras-chave: Nacionalismo; Populismo; Discurso; Estruturalismo; Brasil.

The issue of nationalism in discourse theory from Brazil

Abstract. With the political and social rise of right-wing extremist politicians and groups since the beginning of the last decade in the Western world, the terms populism and nationalism have re-emerged as frequent labels and classifications of these subjects. While the former has gained more prominence in academic debates, the latter has not been subject to the same level of scrutiny by researchers. In light of this, this paper aims to analyze the question of nationalism from the discursive approaches that have been applied to it. The theoretical discussions presented here are grounded in both discourse theory, as developed by Laclau and Mouffe, and populism theory, as proposed by Laclau, in direct dialogue with De Cleen and Stavrakakis. Complementarily, the case of Bolsonaro's rise in Brazil is used as a backdrop for the analysis. Among the findings, it is pointed out that structuralist remnants in the discursive approach to nationalism limit the understanding of this issue in the present time, especially in light of current trends.

Keywords: Nationalism; Populism; Discourse; Structuralism; Brazil